



**ATA DA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e trinta e um minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro, secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE.** Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente e senhores deputados. Leitura da ata. “Ata da Décima Primeira Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e trinta minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro, secretariada pelos deputados Junior Mochi e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Quinze da Décima Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Mensagens nºs 3 a 9/2023, do Poder Executivo; Ofícios nºs 11 e 12/2023, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Professor Rinaldo, Pedrossian Neto, Pedro Kemp, Junior Mochi, Lidio Lopes, Rafael Tavares, Mara Caseiro, Amarildo Cruz, Renato Câmara e Zé Teixeira. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Zeca do PT, João Henrique, Lucas de Lima, Neno Razuk, Roberto Hashioka, João Mattogrosso e Gerson Claro. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Pedrossian Neto e Lia Nogueira. **ORDEM DO DIA** – Em destaque, foi rejeitado em discussão única e votação nominal, o Requerimento nº 356/2023, de autoria do deputado João Henrique. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Pedrossian Neto, em razão das vítimas do terremoto ocorrido em cidades da Turquia e da Síria, com projeção de mais de quarenta mil mortos; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Amarildo Cruz, endereçada aos familiares de Carla Cristina dos Santos Victorio; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Professor Rinaldo, endereçada aos familiares de Adercília Alves Gomes; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada aos familiares do coronel Flávio Américo dos Reis; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçada ao coronel QOPM Everson Antônio Rozeni por ter assumido o comando do DOF (Departamento de Operações de Fronteira) no Estado de Mato Grosso do Sul; requerimento, de autoria dos deputados subscritos, solicitando a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Educação da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul; requerimento, de autoria dos deputados subscritos, solicitando a criação da Frente Parlamentar Cristã em Defesa da Família, no âmbito da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul; indicações, de autoria dos deputados Rafael Tavares, Mara Caseiro, Professor Rinaldo, Pedro Kemp, Paulo Corrêa, Londres Machado, João Mattogrosso, Renato Câmara, Zé Teixeira, Neno Razuk e Amarildo



Cruz. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, sete de março do ano de dois mil e vinte e três”. Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para fazer a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados e senhoras deputadas. Expediente da Sessão Ordinária do dia 09 de março de 2023: Ofícios nºs 130, 132, 135 e 136/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo a indicações dos deputados Zé Teixeira, Coronel David, Mara Caseiro e Amarildo Cruz (sem protocolos); Ofícios nºs 133 e 134/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo a requerimentos dos deputados Amarildo Cruz e Pedro Kemp (sem protocolos). Está lido o expediente, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Antes de passar a palavra aos deputados, esta Presidência necessita manifestar-se. Considerando as recentes menções a este Poder Legislativo estadual em veículos de imprensa regionais e nacionais, bem como a grande quantidade de mensagens recebidas pelos canais oficiais desta Casa, veículos de comunicação da Assembleia Legislativa, a Mesa Diretora vem reiterar o seu posicionamento acerca da manifestação feita na tribuna desta Casa pelo deputado João Henrique Catan. De fato nós participamos de uma sessão em que houve manifestações que nós consideramos infelizes, inadequadas, especialmente pela utilização de um livro que relembra um momento da história da humanidade que muito nos entristece; algo que não é motivo de orgulho, de manifestação, em qualquer casa de qualquer democracia do mundo. Porém, qualquer denúncia de possível irregularidade no que tange às declarações do parlamentar estadual será devidamente apurada ou pela Corregedoria, de acordo com artigo 366 do Regimento Interno, ou pela Comissão de Ética, que tem a competência para a instauração de processo disciplinar, nos termos previstos no Código de Ética e no Regimento Interno desta Casa. Relembrando: desde que assumimos a presidência desta Casa, deixamos claro que não vamos nos pautar pelo potencial de espetacularização dos assuntos, pelo número de curtidas ou número de *views* de manifestação. No mesmo dia em que estava havendo essa manifestação aqui na Assembleia, o deputado Zeca do PT, que está aqui presente, estava em Brasília, várias vezes conversando comigo, com uma agenda bastante lotada, tratando do dia 22, da instalação da Frente Parlamentar da Rota Bioceânica, com o ex-presidente Michel Temer, com o ministro — teremos dia 22 a presença, a ser confirmada ainda, do presidente do Paraguai. Nesse mesmo dia, com o governador do estado, marcamos uma audiência pública para o dia 21 para tratar do principal eixo rodoviário de Mato Grosso do Sul, que é a concessão da BR-



163, pauta que trata do desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, de entrega para a população. Esta Casa vai manter esse padrão de não se deixar pautar pela lacração da internet. No mesmo dia da manifestação, fomos por muitas vezes cobrados para que imediatamente fizéssemos uma manifestação na mesma linha. Entendemos que não é papel desta Casa ficar dando resposta para manifestação dada em redes sociais, só porque a repercussão negativa ou positiva foi grande. Precisamos pautar nosso trabalho naquilo que interessa para Mato Grosso do Sul; e o livro desta Casa é o Regimento Interno, e é esta Constituição que nós seguimos. Portanto, se houver entendimento de que houve descumprimento da Constituição ou do Regimento, quem tiver esse entendimento que se manifeste — pelas vias ordinárias. Manteremos o nosso compromisso de exigir o cumprimento da Constituição Federal que juramos e do Regimento Interno desta Casa. Uma vez mais: não nos pautaremos pela pauta da rede social... Com a palavra, no Pequeno Expediente, o nobre deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, quero apresentar um projeto de lei. Antes, porém, gostaria de trazer a esta Casa a informação de que durante a minha estada em Brasília, terça-feira, recebi um telefonema do ex-presidente Michel Temer que se encontrava com o ex-ministro Marun, sensibilizado, agradecido, pela homenagem que nós lhe vamos prestar no dia 22, quando da instalação da frente parlamentar em defesa do caminho ao Pacífico. E ontem recebi, através do ex-ministro Marun, a confirmação de que no dia 22 o ex-presidente Temer se desloca cedo, vai a Porto Murtinho se encontrar com o presidente Marito, do Paraguai, para visitar a construção da ponte; e à tarde estará aqui nesta Casa para ser homenageado por Vossa Excelência. O presidente Temer nos reivindicou, como tem essa agenda na parte da manhã com o presidente Marito, que transferíssemos o ato de instalação da frente parlamentar das 14 para as 16 horas. Agora de manhã conversei por telefone com o presidente Marito, que me pediu para confirmar a agenda, coisa que farei daqui a pouco com sua assessoria. Primeiro quero dizer que a instalação da frente parlamentar, senhor presidente e senhores deputados, ganha uma dimensão muito grande com a visita, muito provável, do presidente do Paraguai, que merece a homenagem pela coragem política que teve, assim como a merecem o ex-presidente Temer e o ex-ministro Marun. Vamos homenageá-los, haverá a apresentação de um vídeo... E eu queria aproveitar, em nome da comissão, se me permitem, para convidar os deputados para que se façam presentes — no Plenarinho. Pretendemos convidar vinte prefeitos da região diretamente impactada pelo corredor do Pacífico. Em segundo lugar, quero registrar aqui com muito carinho a presença de uma grande amiga, de uma grande parceira, de uma grande figura, filha de um grande amigo meu, da minha família, a vereadora Magaly Godoy, presidente da Câmara Municipal da nossa querida Caracol. Por fim, presidente, falo do projeto que estou apresentando. É um projeto de lei que acrescenta e altera dispositivo à Lei nº 1.963, de 11 de junho de 1999, que criou o Fundo de Desenvolvimento do Sistema Rodoviário do Estado de Mato Grosso do Sul, o famoso Fundersul. Que propõe o seguinte: "Artigo 1º - O artigo 6º da Lei nº 1.963, de 11 de junho de 1999, passa a vigorar com os seguintes acréscimos e alterações: Artigo 6º, parágrafo 1º - O plano anual de aplicação dos recursos do Fundersul deverá destinar obrigatoriamente de 20% a 30% (...)", deixamos essa margem para negociação, "(...) do valor total de recursos anuais para obras de asfaltamento e manutenção de rodovias e estradas que



dão acesso aos grandes núcleos agricultura familiar no estado de Mato Grosso do Sul." Eu ia ler a justificativa que está anexa, mas sei que o tempo é escasso... Se me permitirem depois, quero fazê-lo, no Grande Expediente, da tribuna. Estão aqui, presidente, o projeto de lei; a informação sobre a visita dos presidentes Marito e Temer, e do ministro Marun; e também o registro que faço da presença da nossa querida vereadora Magaly. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, o nobre deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o nobre deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, apenas para complementar a fala de Vossa Excelência, e agradecer pela exímia aplicação do Regimento Interno desta Casa, da nossa Constituição Federal. Faço uso da palavra também para agradecer ao deputado Pedro Kemp, do PT, pela sensibilidade, que, pela honestidade intelectual da minha fala, fez questão de deixar bem claro às mídias locais que a nossa fala não correspondia ao que estava sendo divulgado na mídia nacional. E quero aqui, presidente, anunciar, em nome da verdade dos temas que são debatidos aqui dentro desta Casa, sejam eles ideologicamente tendentes para a esquerda, direita ou centro, em nome da honestidade intelectual, quero anunciar que este deputado vai acionar mais de cinquenta portais de notícias que publicaram que este parlamentar exaltou Adolf Hitler na tribuna da Assembleia. É uma falta de respeito com os membros desta Casa, que deveriam ter-me acionado imediatamente, se assim eu tivesse feito. É um sinal de desrespeito e demonstra que a nossa Casa estaria então acovardada; ou então seria natural um deputado subir à tribuna e falar isso?!... Tanto é, senhor presidente, — tenho aqui uma lista das notificações que fiz só nas vinte e quatro horas seguintes — que o site chamado Poder360 fez uma correção, é uma pequena notinha; mantém o título escandaloso mas lá embaixo diz assim: "diferente do que dizia essa reportagem, o deputado estadual não disse que a história de Adolf Hitler serviu de inspiração". Então, o que acontece, senhor presidente, é que existe um consórcio nacional de mídia que não se preocupa com a credibilidade da informação. Uma mídia que cobrou durante quatro anos o combate à fake news, vem agora — em nome da velocidade, do quão interessante e bom para eles seria que um parlamentar tivesse de fato feito isso e que esta Casa não tivesse reagido — e dissemina notícia falsa com relação a este parlamentar, com relação a Mato Grosso do Sul, com relação à Assembleia Legislativa. Então, quero apenas informar a Vossa Excelência que este parlamentar está agindo e que já estou recebendo muitas retratações. Alguns sites, inclusive, deputado Pedro Kemp, deputado Pedro Pedrossian, em lugar de fazerem a correção, apagaram o link: não existe mais. Quer dizer, promovem um estrago na vida do parlamentar e simplesmente deletam o link, sem ter a humildade de dizer "olhem, eu estava errado", porque têm medo de os acionemos na Justiça. Mas eu vou até o fim. Então, obrigado pela fala de Vossa Excelência. Obrigado, deputado Pedro Kemp, deputado Rafael Tavares, que também saiu em nossa defesa. Obrigado a todos os



parlamentares que prestigiaram a verdade do debate que foi travado aqui. Mais uma vez agradeço a Vossa Excelência e perdão por me haver estendido.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Esta presidência somente reitera o que já disse: que considera a utilização de um livro que envergonha a história da humanidade como inadequada, infeliz. Porém concordo com Vossa Excelência com relação ao conteúdo da fala. Passo a palavra ao nobre deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Bom dia, presidente, demais colegas, senhoras e senhores que prestigiam esta Sessão. Senhor presidente, tenho uma indicação ao governador, Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura, senhor Hélio Pelluso, solicitando os serviços de recuperação de parte dos acostamentos da rodovia 262 e Operação Tapa-Buraco, especificamente nos KMs 119 e 132, trecho que liga Três Lagoas a Água Clara. Por último, senhor presidente, estou apresentando um projeto de lei que cria diretrizes gerais para a implementação e o uso do dispositivo de segurança preventiva conhecido como "botão do pânico" para mulheres e idosos em situação de violência doméstica e familiar. Eu já apresentei um projeto neste sentido em 2013, aprovado por esta Casa por unanimidade, mas que depois o governador acabou vetando e foi arquivado. Esse projeto é necessário tendo em vista os altos índices de violência doméstica que vêm sendo registrados. E não é só mulher, deputado Londres, muitos idosos têm passado por esse tipo de constrangimento, justo num momento em que deveriam estar curtindo sua aposentadoria, vivendo uma velhice tranquila... Mas muitos acabam sendo infelizmente vítimas. Esse projeto já se tornou lei no estado do Paraná. Mato Grosso do Sul, no ranking nacional, está em primeiro lugar: para cada cem mil mulheres, três estão perdendo a vida. Isto é uma vergonha para nós, temos de fazer um estudo para ver o que leva um estado tão rico como o nosso, conhecido e reconhecido nacionalmente como um dos melhores estados da Federação, a uma posição tão vexatória. O que é que há em nossa cultura que nos predispõe a isso? O que é que nos diz a sociologia que nos possa esclarecer por que nosso estado é o lugar em que mais se pratica o feminicídio?... Acredito que esse dispositivo vai nos ajudar a salvar vidas aqui no estado. Já tenho aqui como signatários desse projeto o deputado Antonio Vaz. E aí, deputada Mara, quem quiser assinar junto conosco, o texto está aqui à disposição. Muito obrigado pela atenção.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Rafael Tavares.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Bom dia, presidente, nobres colegas, Mesa. Tenho algumas indicações. A primeira vai para o governador do estado, Eduardo Riedel, solicitando estudos para incluir na grade curricular do ensino médio a disciplinas de Noções de Direito, Educação Moral e Cívica e Educação Financeira, para que essas matérias possam fortalecer o conhecimento dos nossos jovens e melhorar a qualidade do ensino no estado. Outra indicação para o governador Eduardo Riedel, solicitando os serviços da Operação Tapa-Buraco e agilidade nos projetos de execução das obras de revitalização da rodovia MS-379, no trecho que vai



do município de Laguna Carapã até o município de Dourados. A próxima indicação é endereçada ao diretor-presidente da Energisa, senhor Carlos Alberto Assis, solicitando estudos acerca da sobrecarga elétrica que está ocorrendo no bairro Carandá Bosque, próximo ao supermercado Pão de Acúcar. Senhores, também quero fazer uma moção, para o policial civil Bruno Carlos Barbosa que no último final de semana salvou a vida de uma mulher que estava sendo agredida pelo marido em casa, e ele num ato de bravura adentrou a casa do casal para interceder. A mulher estava sendo enforcada (saiu até uma matéria no *Campo Grande News*), e ele conseguiu salvar-lhe a vida. Faço também uma indicação ao delegado-geral da Polícia Civil, para que consigam dar uma promoção a esse policial, que colocou a vida em risco. Inclusive o agressor possuía arma em casa; não estava no momento de arma em punho mas tinha arma. O policial, como disse, colocou em risco a própria vida para salvar essa mulher. Então vai uma indicação para a Sejusp para que promova esse policial, e a moção de congratulação. No mais, aproveito para parabenizar a Polícia Militar que apreendeu mil quilos de maconha em Ponta Porã, retirando assim cerca de dois milhões de reais das mãos do tráfico de drogas. Era só isso, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, ainda no Pequeno Expediente, o nobre deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu gostaria de apresentar duas indicações. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Hélio Queiroz Dare, secretário de estado de Educação, solicitando a realocação dos alunos da Escola Estadual Carlos Pereira, localizada no distrito Nova Itamarati, no município de Ponta Porã, durante o período de reforma da escola. A comunidade escolar buscou o nosso gabinete solicitando providência no sentido de realocar os alunos durante o período da reforma do prédio da escola. Chegou-nos a informação de que algumas turmas estão assistindo às aulas na quadra de esportes, e essa situação demonstra a necessidade de esforço por parte das autoridades no sentido de disponibilizar um local mais adequado e com melhores condições para a realização das aulas, enquanto perdurar a obra. Outra indicação. Indico à Mesa Diretora, ouvido colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Energisa/MS, senhor Joreli de Souza Filho, solicitando providências no sentido de regularizar a distribuição de energia elétrica de forma permanente no assentamento Madeira, no município de Paraíso das Águas. Os moradores do assentamento Madeira reclamam de constantes quedas de energia elétrica na região. De acordo com as informações, mudanças de tempo trazendo chuvas fortes, com raios, afetam a distribuição de energia. Inclusive no dia em que os moradores buscaram este mandato, dia 2 de março, estavam já há três dias sem energia elétrica no local. Diante da situação, solicitamos medidas urgentes no sentido de regularizar a distribuição de energia no assentamento. Senhor presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com palavra, pela ordem, o nobre deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, quero fazer aqui um esclarecimento sobre esse episódio envolvendo o deputado João Henrique. Eu fui muito procurado pela imprensa; muita gente cobrando inclusive da nossa bancada do Partido dos Trabalhadores, insinuando que nós iríamos representar o deputado João Henrique na Comissão de Ética da Casa. Eu então procurei esclarecer àquelas pessoas que me entrevistaram que o que estava sendo divulgado não correspondia ao que de fato aconteceu aqui na Assembleia Legislativa. Eu estava na sessão, ouvi todo o pronunciamento do deputado, e depois tive o cuidado de assistir ao vídeo para ver se de fato ele tinha feito apologia a Hitler ou ao Nazismo. Mas não encontrei na fala dele essa exaltação, essa apologia, como foi divulgado nos meios de comunicação, nas mídias sociais. Eu queria dizer que nós temos de ser honestos aqui, no nosso comportamento, nos nossos pronunciamentos. Eu disse à imprensa que se o deputado tivesse feito apologia ou exaltação ao Nazismo, eu seria o primeiro a acionar a Comissão de Ética da Casa. Mas isto não aconteceu. Então, eu fiz questão de dizer a quem me entrevistou que procurasse o vídeo da fala dele para ouvir na íntegra todo o sentido do pronunciamento. Só abro aqui um parênteses, faço uma ressalva, sobre o livro. Eu acho que o deputado foi muito infeliz ao utilizar esse livro para fazer alguma analogia, alguma comparação. Que é um livro maldito! É um livro que foi proibido. Inclusive, a cidade da Baviera, que herdou os direitos autorais desse livro, resolveu proibir sua reedição lá na Alemanha. Então, nós temos de falar nesse sentido de que matérias, livros, artigos que incitem ao ódio contra um segmento da sociedade, minorias, devem ser banidos — banidos. Mas fazendo esse porém na minha fala, de que o deputado foi infeliz, eu acho que nós temos de ser honestos e fiéis ao que realmente aconteceu, à verdade dos fatos. Era isso, presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com palavra, ainda no Pequeno Expediente, o nobre deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente, nobres colegas deputados, quero apresentar aqui o meu expediente que está relacionado ao dia de amanhã, que é o Dia Estadual da Conscientização e Proteção do Ciclista, criado pela Lei Emanuelle, que foi apresentada nesta Casa. Diante disso, senhor presidente, eu tenho recebido vários pedidos para ciclovias, sinalizações, etc., daí esse expediente encaminhando ao governo do estado os requerimentos relativos aos trechos mais importantes das ciclovias. Cito por exemplo o pedido de implantação de uma ciclovia na MS-450, no trecho que liga a Uems, campus Aquidauana, ao município de Aquidauana. O pedido se justifica, porque ali onde era o Cera [Centro de Educação Profissional de Aquidauana Afonso Garcia Ferreira], e ainda é um curso agropecuário, curso da Uems, vários alunos vão para a escola, para a universidade utilizando a MS-450; e, havendo a ciclovia, isso tornaria mais seguro esse deslocamento. Cito outro pedido. Pede-se a implantação de uma ciclovia bem como uma faixa elevada para a travessia de pedestres na MS-162, no sentido do distrito de Quebra Coco, no município de Sidrolândia. Solicita-se também a implantação de ciclovia na BR-463, sentido Dourados/Ponta Porã, iniciando-se na avenida Coronel Ponciano até o município de Ponta Porã. Hoje essa BR já é utilizada para ir até Ponta Porã, vários grupos de ciclistas vão para Ponta Porã por ali; esse pedido vai para a Superintendência Regional do Dnit. Se não se começar a fazer projeto, iniciar essa



discussão, a coisa nunca vai acontecer. Então é um trecho importante, que num primeiro momento pode parecer que não é prioritário, mas é prioritário, necessário, e precisa haver a discussão para que se possa ter essa infraestrutura. Também, senhor presidente, pede-se a implantação de uma ciclovia na BR-163, sentido Dourados/Douradina, rodovia esta que também é utilizada por vários ciclistas. Quando estou a caminho de Dourados, sempre passo por vários grupos de ciclistas que utilizam essa rodovia; principalmente porque há várias empresas ao longo dessa rodovia e muitos trabalhadores se utilizam da bicicleta para ir ao trabalho. Teria ainda, senhor presidente, vários pedidos de ciclovia para citar — são em torno de quatorze — , mas vou deixá-los sobre a mesa. Citei alguns para ressaltar a importância das ciclovias, principalmente para enaltecer o dia de amanhã, que é o Dia Estadual de Proteção e Conscientização do Ciclista. Era o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, o nobre deputado João Mattogrosso.

DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO (PSDB) — Bom dia, presidente, cumprimento Vossa Excelência, o nosso primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, nobres colegas, quem nos acompanha pela TV ALEMS e os que se fazem presentes nesta distinta Casa de Leis. Vou fazer o registro de duas indicações. Requeiro à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente desta Casa de Leis ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sisep), senhor Domingos Sahib Neto, da Prefeitura Municipal de Campo Grande, solicitando a implantação de iluminação pública em uma pista de caminhada localizada no bairro Coophasul, entre as ruas Carlos Scardini e Sabino José da Costa, nesta Capital. E a outra. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja encaminhado expediente desta Casa de Leis ao diretor-presidente da Agetran, senhor Janine Lima Bruno, solicitando estudo de viabilidade da semaforização da rotatória que interliga as avenidas Doutor Euler de Azevedo e Tamandaré, no bairro São Francisco. Lembrando que essa solicitação de requalificação e semaforização de rotatória, senhor presidente, é uma luta antiga nossa desde 2017, da Câmara Municipal; conseguimos a rotatória Mato Grosso com a Via Parque, da Gury Marques, da Joaquim Murtinho com a Ceará, da Joaquim Murtinho com a Zarhan. Acredito que ainda este ano a gente consiga a requalificação da rotatória da Três Barras. Ficou faltando essa aqui desde 2017, daí o pedido de estudo de viabilidade.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, o nobre deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, imprensa, população, assessoria aqui presente. Faço uso do Pequeno Expediente, senhor presidente, para apresentar uma indicação à ministra do Planejamento, senhora Simone Tebet, com cópia ao ministro da Fazenda, senhor Fernando Haddad. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja solicitada aos ministros respectivos a possibilidade de estudos para a prorrogação do pagamento dos empréstimos realizados pelas micro e pequenas empresas que tiveram de recorrer a algum tipo de empréstimos para equilibrar suas finanças no período da pandemia, pós-pandemia e também durante esse período da guerra entre Rússia e Ucrânia. As linhas de crédito mais buscadas



foram as do Pronampe, Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, e no início, essas linhas de crédito eram bastante atrativas, uma vez que os juros praticados eram de 1,25% ano, mais a taxa Selic do período, ocasião em que estava com o menor índice da história: 2%. Portanto, com o objetivo de controlar a inflação, o Copom, Comitê de Política Monetária, deu início ao processo de elevação da taxa Selic como instrumento de controle inflacionário, e assim hoje ela atinge o patamar 13,75% — inviabilizando, portanto, que essas empresas tomem emprestado recursos junto ao mercado financeiro. Portanto, as linhas de crédito subsidiadas são fundamentais para manter a subsistência, para dar um fôlego às micro e pequenas empresas, que são as grandes geradoras de emprego em nosso país. Então, com aumento da taxa Selic, complicou-se mais ainda a vida de quem pegou empréstimo via Pronampe e FCO (giro) nas instituições bancárias, gerando uma dificuldade para o empresariado honrar seus compromissos. Eis o requerimento que apresentamos hoje, presidente, atendendo inclusive a uma solicitação oriunda da Câmara Municipal de Dourados, apresentada por comerciantes locais, que vem também com a lavra do primeiro-secretário da Câmara Municipal, vereador Cemar Arnal. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, ainda no Pequeno Expediente, o nobre deputado Amarildo Cruz.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Bom dia, senhor presidente, colegas deputados, deputadas, a todos que acompanham a nossa sessão. Quero inicialmente, senhores presidente, apresentar um requerimento. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Educação, senhor Hélio Queiroz Daher, para conhecimento e providências com relação ao que se passa a apresentar. Considerando que o recurso do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) é um fundo especial de natureza contábil de âmbito estadual, num total de vinte e sete fundos, composto por recursos provenientes de impostos e das transferências dos estados, Distrito Federal e municípios vinculados à educação, conforme o disposto nos artigos 212 e 212-A da Constituição Federal; considerando que o Fundeb foi instituído como instrumento permanente de financiamento da educação pública, por meio da Emenda Constitucional nº 108; e considerando a manifestação apresentada por pais e alunos do ensino médio da cidade de Três Lagoas com relação aos alunos transportados da Escola Estadual Fernando Corrêa — é a presente para requerer a realização de fiscalização das condições do contrato de fornecimento do transporte ofertado aos alunos da referida escola estadual. Senhor presidente, esta é uma reivindicação do vereador Nego Brenda, da cidade de Três Lagoas, preocupado que está com a situação dos alunos que são transportados dessa escola, deputado Pedro Kemp, numa situação caótica. A escola está em reforma, os alunos têm de se deslocar para outro lugar para assistir às aulas; e o transporte, além de ser totalmente inadequado, desconfortável, não acomoda a contento a quantidade de alunos. É uma situação extremamente delicada, e aqui nós estamos pedindo providências àqueles que fazem a gestão do Fundeb, no caso a Secretaria de Estado de Educação, para que se fiscalize esse transporte e se tomem providências para acelerar a conclusão dessa



obra, o que vai livrar os alunos de terem de passar por esse transtorno. Por último, senhor presidente, é o seguinte. Eu tenho recebido solicitações de gente aqui da Assembleia preocupada com a memória desta Casa Legislativa. A Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, desde que foi instalada, tem aí uma série de documentos, uma produção, tem móveis, tem uma série de coisas que merecem um tratamento adequado. A Casa precisa conservar sua história, conservar sua memória. Infeliz do povo que não conserva sua memória, que não sabe de onde vem nem para onde vai. E nós temos de dar o exemplo nesse sentido, nós somos um Poder. Nesta Casa foram já decididos os destinos do estado, foram e continuam sendo debatidos: é a casa da democracia. Nós apresentamos, senhor presidente, e aprovamos um projeto de decreto legislativo, em 2018, que cria no âmbito da estrutura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul o Centro de Memória, Documentação e Referência (CMDR) e dá outras providências. Essa resolução foi aprovada por esta Casa, foi publicada, e lá no final, no seu artigo 6º, lê-se que "a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul regulamentará o disposto nesta resolução, propiciando os meios necessários ao seu funcionamento". Não estipula prazo, portanto é cabível a sua regulamentação. Depois de feita toda essa reforma, e a gente sabe que a Casa tem memória, documentos em diversos lugares, essa resolução, aprovada depois de ampla discussão aqui, disciplina como a Casa pode implementar, desde que regulamentada a resolução, um centro de memória para conservarmos a história da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul. Então estou fazendo esse registro novamente, vou passar a solicitação para Vossa Excelência, que assume agora como presidente e que tem compromisso, tenho certeza absoluta, com a memória do estado de Mato Grosso do Sul, para regulamentar essa resolução, criar um espaço adequado, para que lá possamos conservar a memória, os documentos, de forma adequada, conservando assim a história e a memória do Parlamento sul-mato-grossense. Era o registro que eu gostaria de fazer, e passo o documento às mãos de Vossa Excelência. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Bom dia, senhor presidente, membros da Mesa Diretora, nobres colegas, pessoas aqui presentes. Tenho algumas indicações. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais e após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Agência Municipal de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Campo Grande, requerendo que esta solicite à concessionária Solurb de Campo Grande a coleta de resíduos das ruas Nazaré, Vassouras e Barbacena, todas do bairro Noroeste da Capital. Justificativa. Trata-se de pleito encaminhado pelos moradores da região do Jardim Noroeste, em que reclamam de que nas citadas ruas não há coleta de lixo, o que ocasiona grandes transtornos aos moradores da região, inclusive comunidades indígenas. Por se tratar de serviço público essencial, justifica-se a intervenção do poder público. Segunda indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais e após o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Agência Municipal de Transporte e Trânsito de Campo Grande, solicitando o retorno da linha 526 do transporte coletivo municipal ao Jardim Noroeste. Justificativa. Trata-se de pleito



encaminhado pelos moradores da região do Jardim Noroeste, que alegam que a linha 526 do transporte coletivo, que realiza itinerário interno no bairro, é de grande relevância para os moradores locais. O referido itinerário era realizado normalmente até 2020, mas com o restabelecimento pleno do transporte coletivo após a pandemia, esse serviço não retornou, o que ocasiona grandes transtornos aos moradores, inclusive comunidades indígenas. Sem mais, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a nobre deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente. Eu tenho algumas indicações. A primeira vai para o nosso governador Eduardo Riedel e para a Seinfra, solicitando a recuperação asfáltica da MS-295, no trecho em que a via se transforma em perímetro urbano, na avenida Mato Grosso, no município de Eldorado. Esse trecho sempre acaba sendo meio esquecido quando se faz alguma recuperação asfáltica na MS-295. Esse é um pedido do vereador Zé Martins, de Eldorado. Outra indicação que vai também para o nosso governador Eduardo Riedel e para o secretário de Infraestrutura, senhor Hélio Pellufo, solicitando a implantação de redutores de velocidade e sinalização horizontal e vertical na MS-223, especialmente na região da Cabeceira da Vaca. É um pedido formulado pelos vereadores Professora Manuelina, Ailton, Averaldo, Evaldo, Valdomiro, Adair, Lucas e Rosângela Marçal, do município de Costa Rica. Outra indicação, endereçada também ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, solicitando o aumento do número de efetivo policial para a Polícia Militar do município de Paraíso das Águas. A presente reivindicação é dos vereadores Leonardo Corniani Dias, Marcos A. Costa e Silva, Edson Prechlak de Lima e José Divino, do município de Paraíso das Águas. É o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, o nobre deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriotas) — Bom dia, senhor presidente, deputado Gerson Claro. Muito bom dia, nobres pares, bom dia àqueles que nos honram com sua presença neste plenário e a quem nos assiste através da TV Assembleia. Senhor presidente, eu quero apresentar um projeto de lei. Estabelece auxílio social à mulher vítima de violência doméstica e familiar e dá outras providências. Artigo 1º - Fica assegurado o Auxílio Maria da Penha, conforme critérios e diretrizes estabelecidos pela presente lei, caracterizado como uma verba social destinada a amparar a mulher, vítima de violência doméstica e familiar, que esteja impedida de retornar para seu lar em virtude do risco de sofrimento de qualquer ação ou omissão baseada no gênero que possa lhe causar morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, ou que seja para auxiliar no sustento pessoal e de sua prole. Artigo 2º - Para ter direito ao Auxílio Maria da Penha, a mulher deve atender aos seguintes critérios: I - estar sob medida protetiva expedida de acordo com a Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. II - comprovar que está em situação de vulnerabilidade, de forma a não conseguir arcar com suas despesas pessoais, da prole ou de moradia. III - comprovar que não possui parentes



até segundo grau em linha reta no mesmo município de sua residência. Artigo 3º - Terão prioridade, na concessão do Auxílio Maria da Penha, as mulheres em situação de vulnerabilidade que possuam filhos menores de idade. Artigo 4º - O Auxílio Maria da Penha corresponde à concessão mensal de valor a ser fixado pelo Poder Executivo Estadual, não podendo ser inferior ao menor salário mínimo vigente. Parágrafo 1º - O benefício tem caráter temporário e pode ser concedido pelo prazo de 03 (três) meses, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa técnica emitida por órgão protetivo das mulheres. Parágrafo 2º - O benefício poderá ser suspenso a qualquer tempo, caso a beneficiária deixe de atender quaisquer dos requisitos previstos nesta lei, ou ainda, ocorrer o retorno da mulher ao convívio do agressor. Artigo 5º - O estado de Mato Grosso do Sul não integrará, a qualquer título, a relação contratual entre a beneficiária e o locador, ou a beneficiária e eventuais credores, assim como o benefício concedido por esta lei não gera responsabilidade solidária ou subsidiária do poder público perante o locador ou credores. Artigo 6º - O Poder Executivo fica autorizado a adotar as providências necessárias para remanejar, anular, transpor, transferir ou utilizar dotação orçamentária entre os órgãos e entidades da administração para cumprimento do disposto nesta lei, e ainda, utilizar-se de dotação orçamentária suplementar, se necessário. Artigo 7º - O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta lei, indicando os aspectos necessários à sua aplicação, prevendo inclusive o envio de recursos específicos destes atos para os municípios. Artigo 8º - Esta lei entra em vigor no prazo de cento e vinte dias, após a data de sua publicação". O presente projeto de lei visa a assegurar à mulher vítima de violência doméstica o direito de receber auxílio financeiro provisório, com objetivo de inicialmente retirar a vítima da dependência financeira de seu agressor e possibilitar a reconstrução de sua trajetória de vida e, ainda, garantir condições mínimas de sobrevivência às mulheres ameaçadas ou vítimas de violência doméstica que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Violência contra as mulheres é um problema extremamente grave da sociedade brasileira, tendo repercussões com relação a problemas de saúde, integridade física e violação dos direitos humanos. Essa situação deve ter seu ciclo encerrado, pois muitas vezes a vítima submete-se a conviver com seu agressor por falta de condições financeiras para se manter, sofrendo cada vez mais danos psicológicos e físicos em completa perpetuação da violência. Aqui trago toda uma legislação na minha justificativa, presidente, e espero que o projeto tramite na Casa com o apoio dos nobres pares, justamente no Mês da Mulher. Ontem, 8 de março, foi feito um evento para comemorar a data, numa homenagem desta Casa às mulheres; nada mais justo, portanto, que apresentarmos um projeto justamente para essas mulheres que sofrem esse tipo de violência enquadrada na Lei Maria da Penha. É o que tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Lucas de Lima.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Bom dia, senhor presidente, nobres deputados, imprensa, assessoria. São algumas indicações. Uma indicação é endereçada à prefeita de Campo Grande, Adriane Barbosa, com cópia ao senhor Domingos Sahib Neto, secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando com urgência a troca de lâmpadas nos postes de iluminação pública da rua Santo Antônio,

na vila Carvalho, ao lado da Escola Municipal Alcides Pimentel, assim como a poda das árvores do mesmo local. Outra indicação, também endereçada à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Barbosa, e ao secretário de Serviços Públicos, pedindo que seja providenciado com urgência a reforma da praça do Preto Velho, localizada ali na avenida Fábio Zahran, esquina com avenida Salgado Filho, bairro Jardim TV Morena, também em Campo Grande. Mais uma indicação à prefeita da Campo Grande, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura, solicitando os serviços da Operação Tapa-Buraco em toda a extensão da avenida das Mansões, no núcleo habitacional Buriti, também em Campo Grande; uma tampa para o bueiro que fica na esquina da rua Quarenta e Seis com a rua Amaro Castro Lima, na vila Nova Campo Grande; também uma tampa para o bueiro da rua Trinta e Dois, na esquina com a rua Amaro Castro Lima, na vila Nova Campo Grande; e, finalmente, que se providencie a retirada do entulho que se encontra na calçada da rua Alagoinhas, na esquina com a rua do Príncipe, ali no bairro Aero Rancho. São essas as indicações. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*Proposições de autoria do deputado Amarildo Cruz: uma indicação (Prot. nº 00673/2023); uma moção de congratulação (Prot. nº 00675/2023). De autoria do deputado Antonio Vaz: duas indicações (Prot. nºs 00647/2023, 00648/2023). De autoria do deputado Jamilson Name: oito indicações (Prot. nºs 00642/2023, 00643/2023, 00644/2023, 00645/2023, 00652/2023, 00653/2023, 00654/2023, 00664/2023). De autoria do deputado João Mattogrosso: quatro indicações (Prot. nºs 00661/2023, 00662/2023, 00659/2023, 00658/2023). De autoria do deputado Lidio Lopes: um projeto de lei (Prot. nº 00657/2023). De autoria da deputada Mara Caseiro: duas indicações (Prot. nºs 00649/2023, 00650/2023). De autoria do deputado Neno Razuk: duas indicações (Prot. nºs 00672/2023, 00669/2023). De autoria do deputado Paulo Corrêa: duas indicações (Prot. nºs 00670/2023, 00671/2023). De autoria do deputado Professor Rinaldo: uma indicação (Prot. nº 00676/2023); duas moções de pesar (Prot. nºs 00678/2023, 00677/2023). De autoria do deputado Rafael Tavares: duas indicações (Prot. nºs 00656/2023, 00655/2023); uma moção de congratulação (Prot. nº 00663/2023). De autoria do deputado Zé Teixeira: quatro indicações (Prot. nºs 00665/2023, 00666/2023, 00668/2023, 00667/2023). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Por substituição, com a palavra, o nobre deputado Amarildo Cruz. Vossa Excelência dispõe de trinta minutos, deputado.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — sem revisão do orador — Senhor presidente, eu entendo que faz parte do meu papel como parlamentar eleito, entre outras coisas, trazer para o Parlamento as minhas convicções, a minha visão de mundo, as coisas em que eu verdadeiramente acredito. E entre essas coisas estão a democracia, o estado democrático de direito, a exaltação à liberdade, o combate à desigualdade, a criação de condições mínimas de dignidade para o ser humano indistintamente. Quando alguma coisa afronta de forma direta esses princípios, sinto-me na obrigação de me manifestar; é uma obrigação que tenho com a minha história, com a minha origem, com as pessoas cuja amizade ao longo do tempo cultivei, de

quem recebi adesão, apoio, simpatia. E me preocupa muito, senhor presidente, a banalização do mal a qualquer custo. Hoje, neste mundo atual, temos vivido momentos estranhos. Agora parece que só o que interessa é lacrar, que é o termo que está sendo usado para designar a ação de quem quer bombar nas redes sociais, por exemplo. Lacrar agora passa a ser mais importante do que qualquer outra coisa, do que qualquer outro valor duramente discutido e conquistado pela sociedade ao longo dos anos. Isso me preocupa, senhor presidente, e tenho certeza é também a preocupação dos democratas, das pessoas de bem, das pessoas que ao analisar determinadas atitudes, se aprofundam e veem nelas ameaças e riscos. Quando um parlamentar vem à tribuna defender suas convicções, seus pontos de vista, isso é o exercício da democracia e tem de ter o apoio. O que nós vimos não foi uma apologia, uma exaltação direta da obra do nazista Adolf Hitler, mas indiretamente essa manifestação provocou uma discussão grande! "Ah, mas quem fez atingiu o objetivo"... Então nós somos todos reféns desse objetivo?!... Eu quero discutir com profundidade o conteúdo dessa questão. E me assusta quando a gente percebe e vê, por exemplo, que no Brasil nos anos Bolsonaro — está aqui, é pesquisa, quem quiser eu passo a fonte — as células de nazismo, deputado Hashioka, de nazistas organizados em nosso país, cresceram nesses quatro anos de 72 para 1.117. Mil, cento e dezessete!... Como não se preocupar com isso?! Como que todos nós democratas, eleitos pela democracia para estar aqui, não vamos expressar a nossa indignação com isso?! Para mim é uma obrigação expressar-me nesse sentido. É uma obrigação dizer... E não estou aqui querendo lacrar com ninguém, não! Porque nunca entrei neste Parlamento por lacração. Entrei na defesa das convicções que tenho, de liberdade, de respeito e de dignidade. Mas isto me incomoda, e muito! Não é pouco: é muito! E sei que muita gente está incomodada. Inclusive, aqui neste momento, estou tentando reproduzir um pouco dessa indignação. A gente não pode permitir isso. Foi permitindo isso que lá atrás, quando um deputado, durante a cassação da presidente Dilma Rousseff, foi exaltar o Brilhante Ustra, o torturador, que matou muita gente neste país, quando esse deputado fez isso e lhe passaram a mão na cabeça, que fez isso e não saiu de lá preso, o resultado é que ele acabou se tornando presidente da República. Reforçou os ideais de ódio, de segregação, de racismo, de homofobia, de misoginia, de xenofobia: é coisa que estamos vendo a todo momento acontecer em nosso país. Por que lá atrás não se tomaram as providências cabíveis que tinham de ser tomadas? Será que nós podemos fazer qualquer coisa, mesmo que isto signifique exaltar, por exemplo, o livro da morte? o nazismo? que prega tudo aquilo que nós, pelo menos a grande maioria das pessoas, abominamos?!... Como que eu não vou me manifestar? É a primeira vez — e conversava isso com o deputado Londres Machado ao final da última sessão, que é o nosso decano, o parlamentar mais respeitado — que vejo uma coisa dessas acontecer aqui. Nunca essa obra adentrou este recinto e muito menos exaltada. Não vou entrar na discussão se fez ou não fez a exaltação... A exaltação direta não fez mesmo, o deputado Pedro Kemp falou claramente, e eu também tive a curiosidade de ler a íntegra o discurso. Mas trouxe pra cá, levantou, despertou a curiosidade em gente que nem sabia que existia um livro do Hitler. Exaltou, buscou... E esse movimento reforça essas 1.117 células que existem no país! Que pregam o racismo, que pregam a xenofobia, que pregam a criação de uma raça pura. Nós vamos tolerar isso? Como que nós vamos tolerar isso, presidente? Essa é a nossa indignação, que, como dizia Martin Luther King, não é pelo ataque dos ruins, mas pelo

silêncio dos bons. Eu talvez não seja dos melhores, mas não fico em silêncio; não consigo não expressar a minha indignação com esse estado de coisas; não consigo, não fico em silêncio, não tem como! Portanto, senhor presidente, muito importantes as providências que Vossa Excelência expressou aqui no início da sessão, o Parlamento precisa discutir parâmetros e limites pra isso. Não faz muito tempo foi uma salva de tiros no símbolo do comunismo durante uma votação. Agora é o *Mein Kampf* do Hitler. O que que vai ser amanhã?... Então não dá para não expressar a nossa indignação, e quero pedir o apoio dos democratas desta Casa, porque isto aqui não é a causa do deputado Amarildo Cruz, tenho certeza que é a causa de todos aqui, e isso precisa ser expressado. Essa indignação precisa vir à tona, as pessoas lá fora precisam saber que aqui dentro há deputados que ficam indignados com essas questões. Sabem por quê? Porque senão as pessoas lá fora ficam se sentindo sozinhas, inclusive a grande maioria que votou nos democratas, na grande maioria dos deputados que estão aqui, que abominam essa situação. Então façamos isso. Façamos porque foi inapropriado, inadequado, não contribuí. Contribuí sim, na minha opinião, para isso aqui: "Grupos neonazistas crescem 270% no Brasil em três anos"; "Estudiosos temem que presença on-line transborde para ataques violentos". E já estão acontecendo, todo mundo sabe, todo mundo lê jornal, todo mundo todo dia está vendo as notícias. É gente morrendo porque é mulher, porque é negro, porque é estrangeiro; outros estão sendo escravizados; outro porque é baiano, porque é isso, porque é aquilo... Nós estamos reforçando uma sociedade de intolerância! E não vamos discutir?!... Essa é a grande questão que temos de discutir. Sob o argumento de votar um requerimento, agora eu posso então vir aqui e comparar o governador a Hitler?!... que não é o caso, obviamente. O PT hoje está no governo, apoia, está na base, embora tenhamos um histórico de discordâncias com o PSDB. Mas superamos uma série de dificuldades para construir este momento que estamos vivendo, embora continuemos tendo discordâncias quanto ao modo de governar do PSDB; discordamos mas de uma forma democrática, fraterna, interna, como tem de ser. Mas não será por conta dessas divergências que vamos chegar ao cúmulo de comparar o governador Eduardo Riedel com Hitler. "Com mais de quinhentas e trinta células, o sul e o sudeste do país é onde o extremismo de direita mais avança". O que provoca indignação é isso; quando se analisa a fala vê-se que não tem conteúdo direto, mas quando se traz à tona esse fantasma, isso cria temor em muita gente. Quem conhece a história, quem estudou, quem leu, quem sabe o que é o nazismo, as atrocidades que o nazismo cometeu na história da humanidade — treme. Treme. Abomina. Não dá para ouvir. É por isso que isto causa indignação, de todos; todos veem que essa é uma forma extremamente inadequada de discutir qualquer questão. Sou democrata? Sou. Se o governo é autoritário, vou eu combater uma coisa ruim com outra pior? É essa a ideia? Eu quero combater o autoritarismo com a democracia; eu pego a obra de um democrata e trago para cá para exaltar. Para terminar, senhor presidente, eu queria só ler aqui...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Concede um aparte, deputado?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Só um momento, deputado... Quero só ler aqui o trecho de um texto que resume um pouco, para quem não está muito atento, a gravidade dessa questão. "O nazismo é uma ideologia política que surgiu na Alemanha no início do século XX e foi liderada por Adolf Hitler. O partido

nazista buscava um estado autoritário, com economia planejada e uma sociedade racialmente pura, resultando em crimes inimagináveis, como o Holocausto, o genocídio de seis milhões de judeus, além da Segunda Guerra Mundial, e causando milhões de mortes. O nazismo é claramente incompatível com os princípios e os valores da Constituição brasileira, pois viola direitos humanos básicos e preconiza uma sociedade baseada na discriminação e na supremacia de uma raça sobre a outra. A Constituição brasileira de 1988 proíbe expressamente o nazismo e outras formas de discriminação e preconceito. Alguns trechos relevantes. Artigo 5º, inciso III: Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento cruel, desumano ou degradante. Inciso IV: É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença. Inciso VI: É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias. Inciso IX: Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal. Inciso X: São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua lesão. Inciso XXI: Não haverá pena de caráter racista. Artigo 8º: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes. Por último o artigo 19: A propaganda que incita a violência ou a discriminação de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional é vedada. Esses trechos da Constituição brasileira de 1988 demonstram a proibição clara do nazismo e de outras formas de discriminação no Brasil e asseguram a proteção de direitos humanos básicos para todas as pessoas, independentemente de raça, cor, religião ou origem nacional". É a defesa da Constituição acima de tudo que me traz aqui; é a defesa da liberdade; é a defesa da pluralidade; é a defesa de não ser discriminado pela cor da pele, ou por ser mulher, ou pelo fato de não pertencer ao país ou à região do agressor. São essas coisas, são esses princípios que justificam inclusive a criação deste Parlamento, e são eles que exalto neste momento, nessa análise que faço, senhor presidente, desse episódio. Pois não, deputado João.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Deputado Amarildo Cruz, obrigado pela concessão do aparte. Não ia comentar a fala de Vossa Excelência, mas como fui citado pedi o aparte. Gostaria de solicitar a Vossa Excelência que tivesse com o PT, com o Partido dos Trabalhadores, com o partido ao qual pertence, a mesma indignação, que ela não fosse seletiva; gostaria que Vossa Excelência tivesse a mesma indignação com o que está acontecendo em tempo real, por exemplo, na Nicarágua de Daniel Ortega... O que pregava este deputado era que se deve ler o livro para aprender as táticas nazistas, justamente para não deixar que sejam empregadas contra a população para escravizá-la. Pois lá na Nicarágua, essas táticas estão sendo usadas para matar, para perseguir cristãos, para caçar direitos de populares, para fazer prisões ilegais... E no entanto o partido de Vossa Excelência, o Partido dos Trabalhadores, através de sua diplomacia, recusa-se a assinar um documento contra esse mini-Hitler da Nicarágua, que cinquenta e cinco países já assinaram. "O PT utiliza táticas nazistas em sua campanha de comunicação!" Opa... Sou eu que estou dizendo isso? Não. Eu estou apenas reproduzindo o que o cacique do PSDB disse, e que está



publicado na mídia nacional. O Fernando Henrique Cardoso disse que o PT usa táticas nazistas na campanha. A sua seletividade é boa, e o discurso de Vossa Excelência, com todo o respeito, distorce o que este parlamentar disse ontem aqui para demonstrar os acordos excessivos neste Parlamento; demonstrar que a Alemanha foi resgatada e alçada à condição de potência mundial porque lá, em mil, novecentos e quarenta e alguma coisa, eles adotaram o respeito ao parlamentarismo. Quem governa a Alemanha são os parlamentares, porque nalgum momento da história eles entenderam que depois de toda aquela nefasta história, história suja — ilustrada em parte pelo livro que eu mostrei ontem aqui —, o parlamento precisaria se reerguer. Se o pensamento de Vossa Excelência estiver certo, vamos tirar das universidades o livro negro do comunismo... Vamos tirar Nicolau Maquiavel, vamos tirar Carl Marx das bibliotecas, cujos ensinamentos mataram também milhares de pessoas. Obrigado.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Por que "livro negro", deputado?... Porque negro está associado a coisa ruim?... Por que negro?!... Deputado João Henrique, eu não me lembro de ter mencionado o seu nome, mas obviamente concedi o aparte democraticamente: sou um democrata e não vejo problema algum em discutir essas questões, inclusive a questão da Nicarágua. Não sei se Vossa Excelência, que é do PL, do partido do Bolsonaro, do genocida Bolsonaro, concorda com 100% do que o seu partido faz... Eu creio que não. Mas não sei, posso estar enganado... Há muita coisa dentro do meu partido com que eu não concordo. Muita coisa. Eu tenho uma posição, tenho uma história dentro do partido, estou há quarenta anos filiado no mesmo partido político. Mas eu não acho que haja um grande problema, porque reconheço e vejo na trajetória do PT uma história de sucesso. O PT tornou-se o maior partido de esquerda da América Latina, Vossa Excelência sabe disso. Tem base social em tudo quanto é lugar. Lula foi eleito presidente da República pela terceira vez. Então não é isso que vai me constranger, me colocar em saia justa. Eu sou contra ditadura, sou contra excesso em qualquer lugar, sou pela democracia, e não é de tribuna, de discurso: é de prática. Eu tento ter como exemplo, como referência, os democratas, e tento ter como homem público essa postura em tudo que faço. E estou sujeito a erro como qualquer outra pessoa. Mas estou fazendo aqui um questionamento, porque na minha opinião, e disse isso desde o primeiro momento, deputado João Henrique, a sua infelicidade foi essa, em nenhum momento entrei no conteúdo da sua fala — embora estivesse presente na hora e a tivesse reescutado depois. Na minha opinião, Vossa Excelência não precisava usar Hitler, não precisava da bíblia do nazismo, não precisava da *Minha Luta* para pedir a aprovação de um requerimento. É justo que Vossa Excelência discuta, apresente, queira saber: é justo, faz parte, este Parlamento tem que discutir essa questão. Mas na minha opinião é incabível, para fazer uma discussão, para defender a aprovação de um requerimento, você trazer à discussão os horrores daquilo que há de pior que o ser humano conseguiu produzir ao longo da história! Vossa Excelência ganhou muito like, com certeza, mais de milhão de visualizações, uma série de coisas... Mas, gente, até que ponto?!... São esses valores que me deixam indignado, e eu não concordo! Vossa Excelência pode concordar, tem sua estratégia, e eu respeito a sua estratégia. Mas eu não consigo absorver esse tipo de coisa. Vocês nunca vão me ver fazendo coisa desse tipo aqui para ganhar like. Trazer o nome de Adolf Hitler aqui pra gente que dele nunca ouviu falar, muito menos do seu livro. O que me preocupa é isso que eu mostrei,



o crescimento dessas células nazistas. É isto aqui que assusta, não só a mim: assusta grande parte população brasileira. Porque isso aqui é célula de gente que quer matar pobre, negro, mulher, índio, homossexual, e não é essa a sociedade que eu quero. Sempre que sentir, como parlamentar, como cidadão, como ser humano, a obrigação de me manifestar, de expressar a minha indignação contra esse tipo de atrocidade, pode ter certeza absoluta que vou reagir, que vou justificar por que estou neste Parlamento. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença das seguintes autoridades: senhora Magali da Silva Godoy, presidente da Câmara de Caracol; da doutora Andréa Aleixo, presidente do Instituto Emanuelle; e o doutor Pedro Paulo Gasparini, defensor público-geral do estado de Mato Grosso do Sul.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Só para registrar nesta Casa, senhor presidente, que a assessoria do presidente Marito, do Paraguai, confirmou sua presença no dia 22. Ele deve se encontrar logo cedo com o ex-presidente Temer lá em Porto Murtinho. O deputado Paulo Corrêa, com sua gentileza de sempre, me convidou para acompanhá-lo no avião que vai levá-lo também a Porto Murtinho. Vamos lá vistoriar as obras da ponte com os dois presidentes e retornamos para cá com o ministro Marun. E às 16 horas, sob a tutela de Vossa Excelência, faremos a instalação da frente parlamentar. Segunda coisa, senhor presidente, é que gostaria de ouvir de Vossa Excelência, se possível, como andam os estudos (tem havido cobrança, e é legítimo que os funcionários me cobrem) a respeito da instalação do restaurante aqui na Casa. Em terceiro lugar, quero informar, para concluir, que na próxima terça-feira, com a assinatura de outros doze deputados, eu apresento aqui o requerimento para a instalação da CPI sobre a manipulação, ou melhor, sobre a errada manipulação dos recursos destinados aos povos indígenas. Precisamos instalar a CPI para fazer esse levantamento. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Respondendo à questão de ordem de Vossa Excelência, informo que esta Mesa reuniu-se com o Colégio de Líderes, uma inovação na Casa, e deliberou a imediata construção do refeitório. Em seguida vamos deliberar se vai ou não fazer o restaurante. Já está, portanto, deliberada a questão do refeitório, o projeto já está andando; e o restaurante ainda está em fase de pesquisa, ficando a deliberação para um segundo momento. Foi uma deliberação da Mesa Diretora com o Colégio de Líderes. Eis a resposta do questionamento.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — O deputado Amarildo Cruz, nosso líder da bancada, me lembrava outro dia de um detalhe, da época do saudoso governador Pedrossian, que, como visionário que era, pensou a instalação do Parque



dos Poderes. E no projeto originário do ex-governador há um espaço destinado ao restaurante dos servidores públicos de Mato Grosso do Sul — aqui no parque. O deputado Amarildo ficou de recuperar esse estudo, deputado Paulo, e nós então poderíamos fazer uma comissão e levar o documento ao governador Eduardo Riedel. Porque não é um problema só da Assembleia: nas secretarias também, tenho essa informação, o pessoal continua comendo nos corredores, na mesa de trabalho. Não é digno. Então, seria muito bom a gente construir um grande restaurante onde os funcionários possam interagir, se conhecer. Vai ser bom pra todo mundo; espero que possamos realizar esse sonho, que é de todos.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Continuamos com essa pauta, Excelência. E o deputado Amarildo, como líder do PT, participou dessa reunião de deliberação. Ainda estamos no Grande Expediente, resta-nos ainda cinco minutos. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Deputado Zeca do PT. Transferida. Deputado Pedro Kemp. Transferida. Deputada Mara Caseiro. Transferida. Deputado Rafael Tavares. Transferida. Deputado Antonio Vaz. Transferida. Deputado Roberto Hashioka. Transferida. Deputado Lucas de Lima. Transferida. Deputado Professor Rinaldo. Transferida. Deputado Pedrossian Neto... Vossa Excelência tem cinco minutos.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — sem revisão do orador — Bom dia, senhor presidente, membros da Mesa Diretora, nobres colegas deputados, pessoas aqui presentes. Presidente, eu confesso que estou preocupado. Estou preocupado porque estou vendo uma certa movimentação em nosso estado, e em todo o país, que pode ameaçar o modelo de sucesso que nós conseguimos implementar em Mato Grosso do Sul, de prosperidade, de geração de emprego, de riqueza, na cidade e principalmente no campo. É lógico que estou me referindo ao Carnaval Vermelho, essa movimentação que houve há cerca de quinze dias. Agora nos chega uma notícia nada animadora, na verdade extremamente perturbadora, da invasão de uma propriedade no município de Rio Brilhante. Na realidade trata-se de uma segunda invasão, porque na primeira ocasião os indígenas se retiraram da propriedade depois da intervenção da segurança pública do estado; mas na madrugada de domingo para segunda-feira novamente invadiram a propriedade. Essa invasão está ameaçando a produção e a colheita de uma fazenda de trezentos hectares de soja no município de Rio Brilhante. Eu tive a oportunidade, presidente, de encontrar o senhor Raul, da Fazenda do Inho — até foi o nobre deputado Zeca do PT, que estava aqui presente, que o convidou... E queria até aproveitar a oportunidade, presidente, para solicitar que na próxima sessão nós pudéssemos franquear a palavra ao senhor Raul para que ele desse seu testemunho aqui no plenário sobre o que de fato está acontecendo em sua propriedade e as particularidades do caso em questão. Eu temo que esse assunto das duas invasões, uma do movimento dos sem terra e a outra de indígenas, possa ser o prenúncio de um grande conflito; temo que, não obstante o problema econômico, possa sim causar a perda de vidas, seja de um lado, seja de outro, acabando com a tranquilidade e com a paz social no estado de Mato Grosso do Sul. Diante disso, presidente, eu penso que este Parlamento não pode silenciar. Em não podendo silenciar, eu até sugeriria uma interlocução com a bancada federal, porque esse tema está federalizado. Tudo isso que está acontecendo em Mato



Grosso do Sul se deve a uma omissão histórica do Estado brasileiro, que está colocando produtores rurais indígenas como inimigos — que não são! —, mas sobretudo porque esse Estado tem uma lacuna estabelecida na Constituição Federal, que não diz qual deve ser o tratamento do poder público no que diz respeito às terras indígenas. No seu artigo 231, ao estabelecer que a União...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para concluir, deputado.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — ...irá demarcar as terras, não estabelece o que significa "terras que os índios tradicionalmente ocupam". Existe uma Emenda Constitucional, PEC 132, que está em tramitação na Câmara Federal...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Só quero lembrar a Vossa Excelência que nós temos de cumprir o Regimento, temos de cumprir o prazo. Três minutos para encerrar...

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Para terminar... Existe então essa PEC 132 e nós precisamos entrar fundo nisto, precisamos da bancada federal. Porque sem uma regulamentação, sem a segurança jurídica da Constituição brasileira, eu temo que Mato Grosso do Sul será incendiado por um conflito lastimável, em pleno século XXI. São essas as considerações, presidente.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o nobre deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, primeiro quero cumprimentar o deputado Pedrossian Neto pelo pronunciamento que faz. É uma barbaridade o que se está fazendo com o companheiro, o amigo Raul, na sua propriedade em Rio Brilhante. De um lado porque não se tem nenhum estudo antropológico definido dizendo que aquela área é terra indígena. De outro, porque dois ônibus derramaram oitenta indígenas lá, agora trancaram o portão, ocuparam a sede da fazenda, de quatrocentos hectares, proibindo Raul e sua família de tirarem de lá aproximadamente sete mil sacas de soja que foi colhida; e pior: proibindo consequentemente o plantio do milho. Na minha ida a Brasília fiz questão de dizer às autoridades do governo Lula, com quem dialoguei, da nossa preocupação com o que está acontecendo em Mato Grosso do Sul. É uma vergonha! E quero, deputado Pedrossian Neto, aqui nesta Casa, me manifestar como deputado do PT: não conte comigo essa gente! Sem nenhuma razão essa gente que invade e ocupa propriedades produtivas, gerando insegurança jurídica e abrindo o caminho para consequências nefastas que não conseguimos nem prever. E venho de lá com uma notícia, para concluir, presidente. O presidente Lula, preocupado, tem se manifestado dizendo que não concorda com isso. Quer fazer assentamento, mas comprando propriedades e não ocupando propriedades produtivas como tem acontecido. É este o meu posicionamento.



DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Parabéns, deputado! Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado Grande Expediente. Passemos à **ORDEM do DIA**. Item 1. Em discussão única. Projeto de Decreto Legislativo nº 04/2023. Autora: Mesa Diretora. "Reconhece para os fins disposto do artigo 65, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no município de Porto Murtinho". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a deputada Mara Caseiro. Em discussão... Só lembrando que acerca desses decretos legislativos houve acordo de lideranças. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Decreto Legislativo nº 04/2023, de autoria da Mesa Diretora.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?



DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Mattogrosso?

DEPUTADO JOAO MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?... Vota sim. Como vota o deputado Lucas de Lima? Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADO MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes? Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares? Como vota o deputado Renato Câmara? Como vota o deputado Roberto Hashioka? Como vota o deputado Zé Teixeira? Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em tempo, como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — O deputado Renato Câmara está votando sim... Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezenove votos favoráveis e um contrário, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Em discussão única. Projeto de Decreto Legislativo nº 05/2023. Autora: Mesa Diretora. "Reconhece, para o fim do disposto no artigo nº 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no município de Bela Vista." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto (também com acordo de lideranças). Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Decreto Legislativo nº 05/2023, de autoria da Mesa Diretora.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP)

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB)

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT)

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Amarildo Cruz?



DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Declaração de voto, senhor presidente. Este parlamentar já deixou muito bem claro como que vota em questões envolvendo decreto de calamidade pública, já expliquei isso em plenário outras vezes. Tenho minhas reticências quanto a entregar um cheque em branco às prefeituras. Neste caso específico, e eu tenho o cuidado de analisar detidamente esses pedidos, eu gostaria de dar os parabéns à prefeitura de Bela Vista. Em que pese não ter a municipalidade explicado exatamente o quê fará com a autorização, foi a única prefeitura que justificou bem, que trouxe um laudo meteorológico, que anexou fotos das rodovias, demonstrou. Então eu deixo uma mensagem: que as outras prefeituras possam cada vez mais instruir esses requerimentos, que digam o que vão fazer com a outorga concedida por esta Casa. Então, neste caso, excepcionalmente, senhor presidente, voto sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente. Acho que temos de deixar bem claro o papel da Casa aqui, respeitando os votos contrários, que eu respeito, mas sou técnico... Eu acho que as prefeituras não precisam justificar nada. Quem não está vendo o que está acontecendo em Mato Grosso do Sul é porque está completamente alienado da realidade. Vamos falar de Bela Vista especificamente. Quem vê explodir o rio Apa em Bela Vista do jeito que foi, sobre a Baixada Corinthiana, sabe o que está acontecendo lá. Não preciso dizer que o destacamento da Ingazeira, em Porto Murtinho, senhor deputado, fazia praticamente vinte anos que não pegava água do jeito que pegou... Poxa, está em tudo quanto é lugar isso!... Agora vamos ficar aqui discutindo se nós vamos dar um cheque em branco? Não é nada disso. Quando você decreta que o município está em calamidade pública, permite que o município possa fazer compras emergenciais para atendimento das populações ribeirinhas. Gente, é uma questão de consciência! Então eu gostaria de fazer a defesa de todos os setenta e nove municípios, senhor presidente, porque



essas chuvas estão acima da média duas vezes! Não é mais ou menos, não. Choveu no mês de fevereiro e começo de março o equivalente a duas vezes o que é previsto pra época. E fica aqui a justificativa, senhor presidente...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Gostaria de coletar o seu voto, deputado.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — ...Mas esses municípios estão entregando, como Ponta Porã, o Avadam, como o deputado Junior Mochi lembrou muito bem... Mas é claro que esses problemas estão ocorrendo com os outros municípios. Anastácio, que está sendo votado hoje, deputado João Henrique, está com o nível acima de sete metros, e quem não entende, quem não vê, efetivamente... Ah, não vou votar contra Anastácio porque vai... Vai comprar mais rápido, sim. Vai comprar lona, vai comprar comida, vai atender o ribeirão. E esse é o papel da Assembleia. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Pela recuperação dos municípios castigados pela chuvarada em Mato Grosso do Sul, voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Senhor Presidente, no período de pandemia, nós votamos aqui projetos de calamidade pública para os setenta e nove municípios de Mato Grosso do Sul. E a fala era uma só. Nós temos a Câmara de Vereadores para fiscalizar, o Ministério Público e ainda a Assembleia Legislativa. Então, na mesma esteira, para que esses municípios tenham a possibilidade contratar com rapidez para dar uma resposta à população que necessita realmente desse atendimento, desses municípios que estão aí inundados, voto sim, senhor presidente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares? Como vota o deputado Renato Câmara? Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira? Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PTB) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em tempo, como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor Presidente, são vinte e um votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Projeto de Decreto Legislativo nº 6/2022. Autora: Mesa Diretora. "Reconhece para os fins do disposto do artigo 65, da Lei Complementar nº 101, a ocorrência de estado de calamidade pública no município de Anastácio". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Antonio Vaz (também com acordo de lideranças). Em discussão. Encerrada discussão. Em votação.

Projeto de Decreto Legislativo nº 06/2022, de autoria da Mesa Diretora.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, quero fazer minha declaração de voto para elucidar, para que fique cada vez mais claro o voto deste parlamentar. As matérias em torno dos decretos de calamidade já havidos em razão da pandemia (agora as chuvas e depois não sei mais o quê) abrem brechas para que maus gestores façam a utilização indevida de recurso público. Como sou eu o parlamentar que está votando, eu voto com a minha consciência. Então eu acho que havendo transparência, justificação, concatenação de ideias, o que será feito, até para que eu entenda qual é o limite, não há problema em fazer as contratações em caráter emergencial — mas desde que elas tenham a previsibilidade do que vai ser feito, não se pode extrapolar o que o bom senso recomenda fazer. Sou eu que estou sendo o poder concedente, em que pese haver outros poderes para fiscalizar: é o que este parlamentar pensa. Com relação ao município de Anastácio, vou votar não, deputado Gerson Claro, para que fique claro.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, considerando os municípios como órgãos fiscalizadores, além do Poder Legislativo municipal, o Tribunal de Contas do Estado e o Ministério Público, que auxilia nessa fiscalização, voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?



DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira? Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — São vinte votos favoráveis e um voto contrário, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Antes de do item 4, esta Presidência gostaria de anunciar o seguinte. Em razão da pandemia, que nos levou a fazer sessão híbrida, nós não estamos tendo o voto exposto no painel de votação, havendo portanto a necessidade de alguns deputados votarem no microfone. Daí que quero comunicar a Vossas Excelências que tanto haverá a votação no painel como um microfone em cada mesa, isso para que resolvamos essa questão de ter de estar carregando microfôninho... Só me deem uns dias para a gente resolver isso. Item 4. Projeto de Lei nº 03/2023. Autor: Poder Executivo. "Dispõe sobre a concessão de vantagens pecuniárias de natureza indenizatória, a ser paga como retribuição pelo exercício de função de confiança na Casa Militar e na Defesa Civil, nos termos que especifica". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado João Mato Grosso (projeto que também foi objeto de acordo de lideranças). Em discussão o projeto... Para discutir, com a palavra, o nobre deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, colegas parlamentares, venho aqui a esta tribuna indignado. Parece brincadeira o que está acontecendo no Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Como vocês viram, a mídia nacional pegou a pauta aqui do estado com relação ao nosso pedido para que fossem expostos os cargos comissionados, os valores, os acréscimos, onde esses funcionários trabalham, se é que trabalham, qual a função de cada uma dessas pessoas — para que os parlamentares possam calcular a eficiência, possam avaliar as peças orçamentárias, para que os deputados possam ver se é ou não justo o acréscimo desses complementos aos funcionários comissionados, quando requeridos em regime de cedência pelo governo. Mas é brincadeira!... Foram quatro anos apenas de reposição inflacionária para os funcionários públicos. Quatro anos! Não há praticamente aumento real, isto para todos os cargos efetivados por provimento de concurso público no estado de Mato Grosso do Sul. Este parlamentar fez um requerimento que ganhou o Brasil, para ter acesso aos valores, para no dia de hoje ter a oportunidade de discutir e tentar convencer Vossas Excelências... Se precisamos

votar esse tipo de acréscimo, de vantagens, que nem vou entrar no mérito se devidos ou não — e acho que muitos comissionados são escalados realmente para trabalhar, merecem receber algum tipo de gratificação —, eu preciso saber mais. Mas eu não sei o quê, quanto, não se consegue calcular o impacto financeiro... O governo do estado passou esse projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Redação e entregou aqui o estudo de impacto financeiro. Está aqui... O estudo se limita a dizer que no orçamento eles têm condições de avaliar o impacto... Mas eu não sei o impacto! Quando a gente faz isso, quando um deputado tem um projeto que vai trazer impacto, precisa indicar a fonte do recurso, deputado Hashioka, deputado Antonio Vaz. Porque no começo da nossa jornada aqui dentro desta Casa, quantos projetos, deputado Antonio Vaz, não foram rejeitados, que sequer passaram na CCJR, porque a gente não apresentou de verdade um estudo de impacto! E aqui há vantagens sendo aumentadas em 10%, 20%, 30%, 40%... Eu não sei se agora que eu falei não vai aparecer misteriosamente, até nas redes sociais, o impacto. Mas hoje garanto, com a fé pública que tem este parlamentar, que este único papelzinho aqui é o estudo de impacto financeiro dessas barbaridades que estão sendo votadas. Então, isso aqui para mim se assemelha a lixo, porque não me permite como parlamentar dimensionar o que está sendo acrescido e o que está sendo votado. Então eu digo a Vossas Excelências que, independentemente se bom ou ruim o projeto, se vai ou não ser aplicado para as pessoas. Quais pessoas?!... Um desses projetos aqui — e para não ter de falar de novo depois desse outro projeto, eu já vou me adiantar — estipula a criação de cargos; são mais de quatrocentos novos cargos. E aqui vejo sob outra rubrica trinta e oito cargos, a mais. Então, para ser franco e honesto com Vossas Excelências, este parlamentar fica extremamente envergonhado de não ter os meios de frear as sandices do Executivo. É só o começo, senhores, é só o começo. Se você tem algum colega de trabalho, algum amigo servidor público, pergunte a ele quanto é seu salário, peça-lhe para olhar no Portal da Transparência para ver se encontra os apadrinhados políticos que exercem função menos relevante do que ele, de menor responsabilidade, e que por terem um padrinho político forte estão ganhando duas, três vezes mais, como esses complementos que estão hoje sendo votados aqui nesta Casa de Leis. Perdoe-me, deputado, Pedrossian, não havia notado Vossa Excelência, mas vou sem dúvida lhe conceder o aparte, até porque consigo me localizar melhor aqui.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para concluir, deputado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Tenho quanto tempo? Três minutos?

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Conclua e aí eu cedo a palavra para o seu colega discutir.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — O senhor vai discutir, ou vai me apartear? Vai discutir?... Então vou encerrar minha fala, e como ia lhe conceder o aparte, espero que Vossa Excelência me ceda um pouquinho do seu tempo para que eu possa debater melhor, até por tê-lo ouvido. Obrigado. Encerrei, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Só para deixar bem claro, nós estamos votando concessão de função de confiança na Casa Militar e na Defesa Civil: só para deixar claro. Para discutir, tem a palavra o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Eu ouvi com atenção as palavras do nosso colega deputado João Henrique. É lógico que esta Casa de Leis precisa ficar atenta a todas as questões relativas a pessoal, a concessão de vantagens pecuniárias, e é lógico que o Parlamento estadual precisa sempre fiscalizar o Poder Executivo. Mas eu sinto que neste caso concreto, primeiro que nós temos um projeto absolutamente normal, projeto republicano, um projeto que ajuda na eficiência da máquina pública, que reconhece a importância dos servidores da Casa Militar e dos servidores da Defesa Civil, principalmente nesse contexto de calamidade pública, onde vemos Mato Grosso do Sul afetado por chuvas, por temporais, por inúmeros problemas. Além disso estamos tratando de vantagem indenizatória para servidores concursados, que entraram no serviço público mediante concurso e que são portanto estatutários do estado. Aqueles que já passaram pelo Executivo, aqueles que têm alguma noção de administração pública sabem que, quando se lida com uma massa de dezenas de milhares de servidores, é natural e muito comum, corriqueiro, é absolutamente saudável que sejam estabelecidas funções de confiança, para remunerar de maneira adequada ações extraordinárias feitas por alguns servidores. Então eu vejo com muito bons olhos essa proposta do nosso governador que cria cerca de trinta cargos, não cargos, mas vantagens que podem ser atreladas às suas respectivas remunerações; vejo com bons olhos principalmente porque o estado tem autoridade quando se fala de gestão de pessoal, de gestão pública, porque tem um orçamento absolutamente equilibrado; e toma uma medida assim pela primeira vez em muitos e muitos anos neste estado de Mato Grosso do Sul. A condição fiscal é robusta, o estado tem superávit; o estado saiu da beira da bancarrota, onde estava no passado, para uma situação de prosperidade; é um estado que está com o limite prudencial absolutamente dominado. É um estado que pode investir, que pode fazer justiça a algumas categorias que têm sim o direito ao seu reajuste. De modo que quando o governador Eduardo Riedel apresenta esse projeto, eu tenho a absoluta segurança de que este é um projeto analisado, é um projeto embasado, é um projeto que respeita esta Casa de Leis. Inclusive o Executivo esteve conversando com os membros da CCJR, cuja presidente, aliás, a ilustre deputada Mara Caseiro, quero parabenizar, pela condução dos trabalhos. A comissão recebeu o vice-governador Barbosinha, recebeu o secretário de estado de Governo, Caravina, recebeu membros da Conleg, a Consultoria Legislativa, que detalhou de maneira minuciosa o tema... Então, é um projeto normal, que não apresenta nenhuma dificuldade de compreensão. Estou absolutamente tranquilo, como vice-líder do governo nesta Casa, em recomendar aos nobres pares que votem favoravelmente. São essas as minhas considerações, presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Eu ia apenas fazer um aparte, se me permitisse.



DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Por favor.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — O nobre deputado Pedrossian Neto, corroborando o que ele disse acerca da postura da presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que teve a preocupação de conversar com o governo. Trouxe a equipe do governo aqui para a Casa, representado nas pessoas do vice-governador, do secretário de Governo, da consultora legislativa do governo, para esclarecer todas as dúvidas inerentes ao projeto. E nós da CCJR não tivemos nenhuma preocupação em votar porque já tínhamos discutido os pontos da matéria com o próprio governo, inclusive a questão relacionada aos impactos financeiros que o projeto traria aos cofres públicos. Então eu quero cumprimentá-lo e dizer a Vossa Excelência que votei com a consciência tranquila na Comissão de Constituição, Justiça e Redação a matéria que ora apreciamos em Plenário.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Concede-me um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) – Por gentileza.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu concordo com Vossa Excelência no que diz respeito à prosperidade fiscal do Estado. Nunca se arrecadou tanto, nunca houve tanto aumento de tributo, e só nós sabemos o que passamos aqui na Casa para votar as matérias que nos chegavam. Infelizmente houve um aumento vigoroso de tributos em Mato Grosso do Sul. Espero que Vossa Excelência, que é um neófito na CCJR, utilize esse precedente do projeto do governo para ajudar os deputados, que não gozam da mesma condescendência quando precisam trazer seus projetos a Plenário. Porque nós estamos votando em primeira votação a constitucionalidade. Se fosse um projeto de um parlamentar, sequer conseguiríamos votar aqui a constitucionalidade, porque a CCJR iria apontar a falta de estudo técnico de impacto orçamentário, o que seria um impedimento para a sua tramitação, como já aconteceu várias vezes. O que este deputado está fazendo aqui é dizer que um profissional ganhar digamos seis mil, e de repente passar a ganhar dez, onze, a ter um acréscimo de 40%, 45%, 50%, 60% — isto foge daquilo que eu cresci vendo o Partido dos Trabalhadores cobrar, melhorias, vantagens, implementos para todo mundo, e não para uma categoria seleta cujo controle só o governo tem. De fato não importa se a função é de confiança, se é de natureza política, mas este parlamentar quer estar muito confortável com relação ao impacto no orçamento. Porque projeto meu, deputado Reinaldo, não tramitou pela ausência de estudo; e assim projeto do deputado Antonio Vaz, projeto do deputado Lucas de Lima... E com certeza...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para concluir, deputado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Para concluir... Com certeza nós podemos resolver esse problema sendo também condescendentes com os parlamentares, ou tendo uma maneira equilibrada de analisar a situação. Hoje eu me sinto vendado, por isso vou votar contra. E parabéns pela fala de Vossa Excelência.



DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) - Eu já tinha feito minhas considerações, presidente. Em todo caso, gostaria de dizer que estamos falando de inúmeras funções, de um exercício extraordinário das suas atividades corriqueiras. Estamos falando no caso de pessoas que foram indicadas à condição de chefe da Casa Militar. Ou seja, é uma responsabilidade muito maior. Estamos falando de funcionários que serão subchefes da Casa Militar, ajudantes de ordens do governador, que fazem mais do que o normal. No caso da Defesa Civil, estamos falando de coordenador-geral, de coordenador-adjunto, de chefe de departamento... Quer dizer, são servidores que recebem suas gratificações normalmente, mas que não obstante desempenham funções extraordinárias, com mais responsabilidade, com mais obrigações, e que portanto precisam ser remuneradas a contento. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Só para, mais uma vez, deixar claro para os nobres colegas: nós estamos em primeira discussão. Acho que esta presidência até cometeu o equívoco de não ter deixado isso bem claro já no começo. Estamos votando a constitucionalidade. Quanto ao mérito, teremos a oportunidade de debater, a comissão vai analisar valores e tal. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação votou como constitucional, por unanimidade, e é isto que estamos votando agora. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei Complementar nº 03/2023, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Declaração de voto, senhor presidente. Esse projeto que o governo encaminha agora para a Assembleia



Legislativa representa anos e anos de luta para que aqueles militares da Polícia Militar e também do Corpo de Bombeiros, quando fossem designados para trabalhar nessas funções, pudessem receber de acordo com a responsabilidade que assumem a partir disso. Então eu lamento profundamente essa manifestação do deputado João Henrique, ao chamar de sandice algo que visa a corrigir uma distorção de anos, e que agora representa uma conquista para os militares estaduais. Lamento profundamente, e gostaria inclusive que fosse retirado da fala do deputado João Henrique a expressão sandice, porque isso não representa em nenhum momento os militares estaduais de Mato Grosso do Sul. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Para declarar o meu voto, presidente. Eu não vou retirar do meu voto a palavra sandice. Porque, deputado Coronel David, com todo o respeito a Vossa Excelência, que inclusive é meu colega de partido e de cadeira, eu me referia à falta de transparência, e ainda disse que não via problemas em conceder aumento para quem atenda aos critérios de merecimento, inclusive servidores da Casa Militar. A sandice para mim, a falta de respeito, é esta Casa não saber o impacto financeiro: eu falei várias vezes isso. Não se sabendo o impacto financeiro, isso é impedimento para a tramitação de projeto de deputado. Eu tenho mais de cem decisões da Comissão de Constituição e Justiça que eu posso acostar aqui, posso publicar a qualquer momento, que não chegou a Plenário exatamente por faltar o estudo de impacto financeiro. Isso é sandice, isso é vergonha, isso é um absurdo, isso é cegar o Parlamento, que não vai conhecer o impacto daquilo que está votando, ainda que seja para quem mereça. É como voto, senhor presidente. Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO (PSDB) — Declaração de voto, senhor presidente. Presidente, eu sou novo na Casa e talvez possa estar equivocado. Mas entendo que essa primeira votação é para analisar a constitucionalidade, a legalidade e juridicidade do projeto. Não poderia deixar de fazer essa explanação, até porque fui o relator da matéria. Tenho total tranquilidade em votar favorável, isso após ter conversado com o governo, que colocou toda a equipe à disposição para explicar as coisas. Mas nesta fase o que estamos julgando é a constitucionalidade. Depois, se os deputados quiserem ver a questão dos números, acredito que o projeto vai passar pela Comissão de Finanças também, aí será um segundo estágio. Meu voto é favorável pois o texto é constitucional, é legal. Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Senhor presidente, eu quero informar que daqui a pouco vamos votar outro projeto que vem do governo tratando dos demais funcionários do estado. Nós não vamos parar aqui, vamos continuar votando, inclusive quanto aos funcionários efetivos. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Vota sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?



DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor Presidente, apenas para deixar claro, eu não voto aqui no escuro, sem saber o que estou votando; ou inseguro, sem saber se o governo colocou um "jabuti" no projeto, ou não. E se houver algum projeto obscuro, que possa causar algum dano ao erário público, que engendre alguma ilegalidade, nós vamos nos posicionar contra. Por enquanto não vejo aqui nenhuma ilegalidade. E o estado está em condições financeiras de conceder essas gratificações para aqueles servidores que vão exercer funções de responsabilidade, como cargos de chefia, coordenação de setores, etc. Então, voto com muita tranquilidade a favor do projeto. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira? Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte votos favoráveis e um voto contrário, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão para ser votado no mérito. Item 5. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 044/2023. Autor: Poder Executivo. "Altera a redação e acrescenta dispositivos às Leis nº 2.065, de 29 de dezembro de 1999; nº 4.188, de 17 de maio de 2012, e Lei nº 4.196, de 23 de maio de 2012, nos termos que especifica, e dá outras providências". Aqui também estamos votando a constitucionalidade. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado João Mattogrosso. Em discussão...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, vou discutir rapidamente e já encerro a minha fala, para não cansar os colegas; até porque minha indignação já expressei na votação do projeto anterior, que é uma pena que tenha passado. De qualquer forma, apenas para frisar: este projeto também não tem o estudo de impacto financeiro. Toda vez que um Poder, seja ele Executivo, Judiciário, seja o Ministério Público, não coloca para esta Casa o estudo de impacto financeiro, este deputado vai subir a esta tribuna para falar. Eu não aceito que os parlamentares saiam menores, tenham seus projetos barrados na CCJR porque podem potencialmente criar o impacto e enquanto isso os outros Poderes fazem o que bem entendem. Então eu acho que isso tem de ficar muito claro. E também esse segundo projeto do Executivo não conta com a minha condescendência. O governador Eduardo Riedel teve a celeridade fantástica de nomear duas mil e quinhentas pessoas num prazo de trinta e poucos dias... Mas parece que isto não é suficiente, porque aqui neste projeto vejo, por exemplo, a criação de 414 cargos FCE-07 para nomeação! A mais. Uma barbaridade! Isso é um absurdo! Isso foge da moralidade, do princípio da eficiência da administração pública. Independentemente se o estado vai bem ou vai mal, o fato é que a população gostaria de tirar o peso do estado das costas. Toda vez que se aumenta a carga tributária, é a população que acaba pagando, por obrigação, e ela se sente mal. Ela se sente mal porque não vê a devolução em contraprestação de serviços e fica esperando... Será que quando o governo melhorar vai diminuir minha carga tributária? Nunca, senhores! Só houve uma pessoa neste país que teve a coragem de diminuir imposto com o governo estando bem: Jair Bolsonaro. De resto, nós vemos que na primeira oportunidade o governo restabelece os altos níveis do seu ICMS, de arrecadação, joga as pessoas na arena, as faz passar necessidade para sustentar o peso do estado. A melhor imagem para ilustrar o que é o estado hoje é a de um sujeito faminto, na miséria, fraco, arquejante, com dificuldade para caminhar soposando nos ombros um estado enorme, monstruoso: esse sujeito é o contribuinte. Mas bem, sem a justificativa do impacto financeiro é duro votar; é duro votar sem se estabelecer uma meritocracia para outros funcionários, que ficaram sem receber aumento. "Não, mas é que são cargos de confiança, são cargos de chefia"... Sim, mas quanto que está sendo empregado nisso? Eu prefiro, senhores, que aumente 2%, 3% para todo mundo do que ver, como está aqui, aumentar o salário da pessoa, com uma canetada do governador, 10% para esse cargo que está sendo



criado, que é o menor cargo — sob a rubrica FCE-07, é essa a denominação. Quer dizer, os menores receberão um aumento (espero que não) de 10% no salário. E à medida que se vai subindo nessa escala, quanto maior o cargo, mais o funcionário recebe. Não há uma régua: coloca-se para FCE-01, que era de 40%, para 45%... Quer dizer, quanto menor o salário dessas pessoas, menos benefício vão receber. Então, até nesse critério a coisa é injusta porque se vai de 45% para 40%, para 35%, para 25%, para 20%, para 15%, até se chegar no menor cargo. Talvez seja para colocar a maior quantidade de apadrinhados, talvez pessoas que sequer estarão trabalhando... Eu não tenho o controle, não sei. Quatrocentos e quatorze novos cargos! Voto não, e na segunda rodada voto, com prazer, não de novo.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Mais uma vez deixo claro que estamos votando a constitucionalidade. Quero também deixar claro ao deputado que, a menos que tenha mudado o Direito Administrativo, criação de cargos não há nessa lei! O Direito Administrativo não permite que a ocupação de uma função privativa de servidor efeito seja chamada de "criação de cargo". Nós não podemos contrariar a hermenêutica da palavra que está na lei. Repito: criação de cargos não há nessa lei. Para discutir, tem a palavra o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, presidente... Apenas para corrigir. Vossa Excelência tem razão. São funções, mas na prática dá no mesmo, presidente.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, o senhor acabou com o meu discurso, já não sei se falo ou não falo... Mas me senti na obrigação de vir à tribuna para que a população não entenda de forma equivocada o que foi falado aqui. Nós não estamos aprovando a criação de cargos no estado. Então vamos explicar bem o que é que estamos votando. Nós estamos votando funções gratificadas. Quando um servidor público é efetivo, concursado, e é convidado pela administração para exercer uma função de chefia, a coordenação de um setor, com responsabilidades a mais, há a designação de uma função e de uma gratificação para que ele exerça essa função, esse cargo de responsabilidade dentro de determinado setor. Eu quero lembrar que na época que estivemos no governo do estado, com o governador Zeca do PT, nós tínhamos essas gratificações. Eu, como secretário de Educação, designei vários servidores da Secretaria de Educação para exercerem funções de responsabilidade, de coordenação de setor... Eu me lembro que na época tivemos projetos, como o Bolsa-Escola, por exemplo, e nós designamos um servidor de carreira do Estado para coordenar o Projeto Bolsa-Escola, que antes não existia, e esse servidor passou a receber uma gratificação no seu salário. Então nós tínhamos isso no governo do PT, tivemos no governo do PMDB, quando o governador era o André Puccinelli; só que isso caiu, deixou de existir no governo passado. Agora o governador Riedel está entendendo que é necessário; e os servidores — efetivos, do estado — vão exercer funções de responsabilidade, de coordenação de setores, etc., e merecem receber uma gratificação no seu salário. Por quê?... Porque eles não podem ser nomeados em cargos de confiança; eles já são efetivos, eles não podem ter o salário de servidor efetivo e ainda receber por mais um cargo de confiança de livre nomeação. Então, para resolver a questão, concede-se uma gratificação para o



servidor efetivo. Quero deixar bem claro que nessa votação nós não estamos criando cargos, mas possibilitando que o governo do estado possa gratificar alguns servidores que vão exercer funções de confiança, de chefia, de coordenação.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Permite um aparte?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Concedido.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Primeiro parabéns pelo aparte! O que eu iria falar o senhor já explicou muito bem, mas nós estamos aqui reforçando: estamos votando a constitucionalidade da matéria... Cabe ao Poder Executivo disciplinar as questões de ordem interna no que diz respeito a seus servidores. Este é o ponto da constitucionalidade da matéria que estamos votando hoje. Segundo, já que adentrou no tema: o estado tinha até o final do ano o chamado EAE, que era concedido a esses servidores. Mas os servidores perderam o EAE e estão exercendo função de confiança, aqueles que ocupam cargos efetivos, que são concursados. Eu sou concursado como advogado, mas em determinado momento o estado me designa para ocupar uma função de chefia, para comandar um setor. É natural que o servidor, nessa condição, receba uma gratificação. Então, o que nós estamos votando é o disciplinamento disso, quanto que é. Isto de fato já existia... Na verdade, em função do fim do EAE para essas situações — porque era uma gratificação considerando a excepcionalidade —, o projeto vai disciplinar como isso vai acontecer. Isso é importante, Vossa Excelência abordou bem a questão, e precisa mesmo ficar bem claro para quem está nos ouvindo aqui na Casa...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para concluir, deputado.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — ...A Comissão de Constituição e Justiça votou por unanimidade favorável a essa matéria.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu agradeço o aparte do deputado Junior Mochi. Eu sei, deputado, que nós estamos aqui em primeira votação, discutindo a constitucionalidade do projeto. Mas como o deputado que me antecedeu na tribuna falou que nós estamos criando cargo, eu me vi na obrigação de esclarecer à população que não estamos criando cargos: são funções gratificadas para servidores efetivos, que vão exercer algumas funções de confiança.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Permite um aparte?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Trinta segundos.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Nobre deputado, já se encerrou o tempo.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Então fica para a próxima.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a discussão.
Em votação.

Projeto de Lei nº 044/2023, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Declaração de voto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declaração de voto, com a palavra, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, eu quero trazer aqui algumas explicações, para ficar ainda mais clara a questão. Com essas funções que estão sendo criadas, na quantidade em que estão sendo criadas, novas funções, você pode — e vai — abrir uma brecha para que os funcionários em cargo



efetivo sejam alocados para essa função, e para que os cargos limitados, de provimento por critério de confiança e em comissão, do governador Eduardo Riedel, sobrem exclusivamente para funcionários que ele queira colocar, independentemente se estão no serviço público ou não. Ou seja, na prática ele está criando cargos: foi isto que eu quis dizer. Porque sobram mais cargos sem precisar criar novos. Aqui estamos diante de um macete, de um truque, de uma falácia. "Não, porque é constitucional...". Sim, mas eu estou justamente explicando o que está acontecendo. De forma que estão sendo criados cargos de maneira transversal. Então, este parlamentar vota claro. Não! Voto contra.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?



DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara? Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASCHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira? Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vou pedir licença aos colegas para também dizer que é constitucional o governador remunerar, criar função, gratificar os servidores efetivos que estão numa função especial. Voto também sim. Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte votos favoráveis e dois votos contrários, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 6. Em discussão única e votação simbólica: 5 requerimentos, 49



indicações e 5 moções de congratulação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 7. Moção de pesar. Proposta pelo deputado Renato Câmara, em razão do falecimento da senhora Maria Tereza Ferraz Alves Ribeiro. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Encerrada a Ordem do Dia. Neste momento suspendo a Sessão para uma manifestação externa. Fará uso da tribuna a senhora Andrea Aleixo, presidente do Instituto Emanuelle, para fala acerca da conscientização e da proteção ao ciclista (Lei nº 5.683/2021). Vou passar a direção dos trabalhos à vice-presidência, porque temos uma audiência agora na presidência... A senhora tem a palavra, dispondo de quinze minutos. Obrigado pela presença (11h57min).

SENHORA ANDREA ALEIXO (presidente do Instituto Emanuelle) — Bom dia, senhores deputados. Agradeço o convite para ocupar esta tribuna, para expor um pouco do nosso pensamento. Obrigada, deputado Renato Câmara, pelo convite. Agradeço a Deus por me fazer um instrumento nessa luta. Eu venho aqui hoje com o intuito de ser um instrumento de Deus, e para lembrar-lhes que todos vocês são maravilhosos — maravilhosos —, vocês são perfeitos; lembrar que Deus deu a vocês e a todos que os rodeiam a vida, a abundância, e, como somos criados à imagem e semelhança de Deus, devemos usufruir ao máximo disso. Eu venho aqui para lembrá-los de agradecer a Deus por tudo isso, que a gente às vezes esquece, e precisamos honrá-Lo, sempre. Tem gente que nasce sem pernas, tem gente que nasce sem orelha... Como cirurgiã plástica, eu faço reconstrução de orelha, isso dá para resolver; mas tem gente que nasce sem perna, sem braço, gente que depende de outras pessoas pra tudo: a pessoa tem sede e precisa de alguém que lhe coloque um copo d'água na boca, porque não tem braço; precisa de ajuda para colocar a roupa, para fazer suas necessidades fisiológicas normais, que todo mundo faz. Há pessoas que estão com alguma enfermidade física, mental, psíquica, e que têm prazo de validade, que estão em aviso prévio, gente com câncer, que está na fila... Muita gente é avisada: olha, você está com uma enfermidade grave, você em tanto tempo vai desencarnar, vai falecer... Só que há pessoas que cumprem seu propósito e vão embora sem aviso prévio, como a minha filha. É por isso que estou chamando a atenção de vocês para que entendam a magnitude do que vocês têm na mão todos os dias. E o tempo passa para essas pessoas que estão de aviso prévio, mas para a gente também... tic-tac, tic-tac, e o nosso prazo vai expirando. Eu venho aqui salientar que vocês não têm problemas, não têm problemas. Vocês têm autonomia para o que precise sem a ajuda de ninguém. Vocês se levantam toda manhã e veem o sol, vocês têm visão; vocês podem ficar de pé e andar; vocês têm órgãos dentro do corpo funcionando perfeitamente, suas células são perfeitas. E isto não é por acaso: vocês nasceram perfeitos. Vocês são abençoados, perfeitos, abundantes, afortunados. Já se deram conta disso? Fica para reflexão... O que nós temos na vida muitas vezes são situações que nos tiram da zona de conforto, porém isto se supera, e quando superamos esses eventos acabamos muito mais fortes, isto faz parte da nossa jornada. A gente só consegue atingir nossos propósitos depois de algumas provações, de alguns calos... Precisamos ficar calejados em certas coisas por algum motivo: nada acontece por acaso. Nós nascemos, nós vivemos, temos a nossa jornada, cumprimos a nossa missão, e morremos, somos finitos. E como somos finitos, a nossa inteligência também é finita... Mas se a gente deixar a inteligência infinita nos utilizar, a gente pode

impactar positivamente milhares de vidas. Podemos fazer isso confiando em Deus, e sabendo que tudo que acontece com a gente ocorre por algum motivo. Então precisamos nos deixar utilizar por Ele, para que possamos fazer a diferença. Então você não sabe quanto tempo ainda lhe sobra, por isso devemos entender a magnitude dessa reflexão... Precisamos buscar ser a nossa melhor versão sempre, todos os dias, entendendo que somos perfeitos, e honrando sempre tudo que Ele nos presenteou, agradecendo-Lhe por tudo que temos e somos. A gente na verdade não sabe qual é o nosso número na fila, não é assim?... O que que eu Andrea, mãe da Emanuelle, teria feito de diferente, se soubesse que a minha filhinha mais velha, estudante de Direito, apaixonada, de vinte e um anos, estaria longe de mim tão rápido materialmente?... Zero. Por quê? Não sei, mas talvez por isso eu não tenha dor no meu coração. Eu não sinto culpa, não tenho o sentimento de arrependimento em época nenhuma, porque eu fiz o meu melhor nas condições em que me encontrava; sempre. Estou fazendo este depoimento para que cada um de vocês reflita sobre a melhor versão de si mesmo, sempre honrando a quem o enviou, porque você está aqui em missão. Emanuelle deve seguramente ter cumprido sua missão, e talvez por isso tenha sido chamada tão cedo de volta à sua morada de origem, a casa do Nosso Pai. Eu a devolvi a quem ela pertencia de direito. Talvez sua missão humanitária aqui na Terra tenha sido o depoimento de gratidão — que eu peço que vocês façam, sempre — a Deus. Ela postou em sua rede social a sua gratidão por ter amigas que a chamavam para programas saudáveis, se referindo ao convite que recebera para um passeio de bicicleta no parque. Cinco ou dez minutos depois da postagem na rede social, ela não era mais saudável, ela não tinha mais nada, ela foi atingida por uma caminhonete. O que que a gente leva disso? Isso fez florescer no coração de muitas pessoas o sentimento puro e sincero dela emanado durante esse direcionamento que ela teve com Deus, quando postou a gratidão. Isso também nos chama a atenção para a promoção do uso da bicicleta, que só traz boas repercussões. Minha mãe uma vez me falou assim: — Minha filha, você vai deixar a Caterina [minha outra filha], viajar sozinha?... — Vou. — Mas é perigoso! — Não, perigoso é andar de bicicleta... Quer dizer, não existe perigo, perigoso é o que você decide que é perigoso. Aí o que é que temos de fazer, eu como instigadora e vocês como governantes? Tirar as lições da situação, refletir sobre o uso da bicicleta, sobre o lazer, o transporte, o esporte, a conexão com a natureza, a conexão com Deus; precisamos nos unir para que a promoção do esporte, do amor, da gentileza, do companheirismo, do altruísmo, da saúde e da vida seja uma prioridade acima de tudo. O deputado Renato Câmara usou da sua posição devidamente para iniciar esse movimento, que começou com a desencarnação da menina. Emanuelle foi enviada por Deus para abrir nossos olhos para essa joia que temos nas nossas mãos, que é o governo de um estado, onde vidas estão sedentas por proteção genuína. Ao ser sancionada pelo então governador Reinaldo Azambuja, no dia 1º de julho de 2021, a Lei Emanuelle entrou em vigor, incluindo o dia 10 de março no Calendário Estadual como Dia de Conscientização e Proteção do Ciclista. Foi criado, então, o Instituto Emanuelle, dada a adesão de praticamente todos os órgãos de trânsito, de governo e de segurança do estado, afora inúmeras grandes empresas e parceiros. Já foi firmada parceria com a FireBikers, uma associação de ciclistas muito grande no Brasil; com o Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal, Detran, Secretaria de Turismo, Consórcio Guaicurus e Agetran. Parcerias em construção: Polícia Civil, FUNDTUR, Funesp,



Cetran, Guarda Civil Metropolitana, CCR MSVia. Nessas parcerias, o papel do instituto é ser o interlocutor entre o poder público e a sociedade, dando legitimidade à Lei Emanuelle e às leis municipais correlatas; e colocar-se à disposição do ciclista, através do site que estamos fazendo agora — para que a gente alcance os objetivos dos ciclistas. O primeiro movimento do instituto foi o Movimento Bike Viva, que promove a bicicleta e instiga a população ao seu uso para aumentar conexões nutritivas que só exaltam o ser humano, assim honrando a Deus, como prática de esporte, ecotransporte, lazer e muito mais. O instituto ressalta a necessidade da ocupação devida do espaço público por todos os entes e por todos os atores que estão nesse cenário: motoristas, motociclistas, ciclistas e pedestres. Solicita ainda uma maior conscientização acerca dos direitos de utilização do espaço público, mas sempre de acordo com as regras de trânsito e, muito mais do que as regras de trânsito, as regras de boa vizinhança, de boa convivência. É ocupar o seu espaço, mas sempre com o respeito pelo outro, sempre lembrando que o maior protege o menor. Então, o que está faltando é mais empatia, altruísmo e respeito para que as pessoas possam desfrutar do espaço público, lembrando que outras pessoas também o utilizam — nada além de educação, empatia, cuidado para com o outro, boa convivência, e não custa nada isso. Com isso certamente vidas serão poupadas e não será preciso que famílias passem pelo que eu passei e tenho passado, com a falta da minha linda e saudosa Emanuelle. Muito obrigada.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Reaberta a Sessão (12h12min). Quero aqui enaltecer, doutora Andrea, o seu trabalho. A senhora, a partir de um fato trágico vivido na família, transformou essa fatalidade numa bandeira que é também a de muitos cidadãos sul-mato-grossenses, que anseiam por melhorias na proteção do ciclismo. Nós estamos acompanhando, a deputada Mara aqui também, o deputado Pedro Pedrossian, como aumentou o número de ciclistas no estado, e essa discussão é muito pertinente. Então quero parabenizá-la pelas suas ações, pelas atitudes; acompanho seu trabalho, já fui à Câmara de Dourados, onde se deram várias discussões com relação ao ciclismo; segunda-feira haverá um passeio para enaltecer o Dia da Proteção e Conscientização do Ciclista, junto com universitários da UFGD, junto com vários grupos de ciclismo. Então parabéns, doutora. A nossa Casa de Leis, que é a Assembleia Legislativa, estará sempre à disposição, aberta a esse debate, a esse diálogo. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, a Deputada Mara Caseiro. Transferida. Deputado Pedro Pedrossian Neto. Transferida. Deputada Lia Nogueira. Transferida. Nada mais havendo a tratar, esta presidência declara encerrada a presente Sessão (12h15min).